

## SIMPÓSIO AT027

# MAPAS DE FREQUÊNCIA DOS DISCÍPULOS E DISSCÍPULAS DAS ESCOLAS PÚBLICAS DA VILA DE SANTO ANTONIO DE JACOBINA NO SÉCULO XIX (1840-1860)

SILVA, Patrícia Vilela da  
UNEB/UFBA  
patvilela@hotmail.com

SOUZA, Emília Helena Portella M. de  
UFBA  
emiliahelena.pm@gmail.com

**Resumo:** Neste trabalho, a partir da análise de mapas escolares produzidos por professores, no período compreendido entre 1840 e 1860, pretende-se apresentar dados iniciais que revelam o perfil de sujeitos que tiveram acesso a práticas de leitura e escrita em contextos escolares, na Vila de Santo Antonio de Jacobina, no século XIX. Trata-se de um desdobramento da pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, da Universidade Federal da Bahia, cujo objetivo é verificar como se deu a difusão do escrito numa vila do sertão baiano no oitocentos, num período posterior à Lei de 1827. Nesse sentido, apresenta-se como proposta metodológica a pesquisa documental, de natureza qualitativa, cujos dados têm sido coletados em fontes historiográficas primárias, localizadas e datadas no Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB, Seção Colonial e Provincial. Este trabalho está inserido na História da Cultura Escrita, na perspectiva da história da escolarização, com enfoque no ensino da língua portuguesa no Brasil. Desse modo, por meio desta pesquisa, espera-se contribuir para a composição da história da cultura escrita no Brasil - em especial da Bahia - que, pela vastidão de seu território, possui dados desconhecidos ou ainda pouco explorados, especialmente relacionados às pequenas cidades, vilas e povoados.

**Palavras-chave:** História da Cultura; Escrita; Escolarização; Vila de Jacobina; Século XIX.

**Abstract:** In this work, from the analysis of school maps produced by teachers, in the period between 1840 and 1860, we intend to present initial data that reveal the profile of subjects who had access to reading and writing practices in school contexts, in Vila de Santo Antonio de Jacobina, in the nineteenth century. This is an unfolding of the doctoral research in progress in the Graduate Program in Language and Culture of the Federal University of Bahia, whose objective is to verify how the writing was disseminated in a village in the southeastern state of Bahia in the eight hundred, in a period after the Law of 1827. In this sense, a methodological proposal is presented to documentary research, of a qualitative nature, whose data have been collected in

primary historiographic sources, located and dated in the Public Archives of the State of Bahia - APEB, Colonial and Provincial Section. This work is inserted in the History of Written Culture, in the perspective of the history of schooling, focusing on the teaching of the Portuguese language in Brazil. Thus, through this research, it is hoped to contribute to the composition of the history of written culture in Brazil - especially Bahia - which, due to the vastness of its territory, has unknown or little explored data, especially related to small cities, towns and villages

**Keywords:** History of Culture; Writing; Schooling; Vila de Jacobina; XIX Century.

## Introdução

Neste trabalho, apresentaremos dados parciais que caracterizam o perfil dos sujeitos que tinham acesso ao escrito, na Vila de Santo Antônio da Jacobina, no contexto da escolarização, considerando a categoria cor/etnia, no período compreendido entre de 1840 a 1860, impulsionados pelo seguinte questionamento: o que revelam os mapas de frequência a respeito das cores/etnia dos discípulos e discípulas que frequentavam as aulas públicas da referida vila?

### 1. Os mapas de frequência como instrumento de pesquisa

Os mapas de frequência produzidos por professores das aulas públicas, no século XIX, nada mais eram do que dispositivos do governo para controlar as populações. Isso porque, segundo Diana Vidal (2008), o oitocentos se caracterizou por uma “febre de estatística”. Desse modo, aponta a autora, ao tomarmos os mapas de frequência como objeto de análise, é necessário problematizar esses dados, considerando: 1) a confiabilidade da pesquisa e 2) a falta de neutralidade na elaboração das estatísticas.

Assim, na esteira desse pensamento, temos a clareza de que os mapas de frequência não traduzem objetivamente o momento histórico-educacional, mas que, “por meio do questionamento acerca das categorias utilizadas pelos mestres para representar a realidade social e pedagógica dos alunos, é

possível inferir os modos de constituí-los como objetos de intervenção do poder e sujeitos da educação”. (VIDAL, 2008, p. 46-47)

Posto isso, tomaremos 18 mapas de frequência dos alunos, identificados no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), seção colonial e provincial, produzidos por professores das freguesias da Vila de Santo Antônio de Jacobina, no século XIX, como instrumento de pesquisa para a compreensão da difusão do escrito, revelada por meio de registros que atestam e caracterizam sujeitos, práticas e objetos envolvidos na cultura escolar durante o império. Tais mapas correspondiam a dados encaminhados por professores de escolas públicas pertencentes às quatro freguesias que compunham a vila, a saber: Freguesia da Vila de Jacobina, Freguesia de Morro de Chapéu, Freguesia Nossa Senhora de Saúde e Freguesia do Santíssimo Coração de Jesus do Riachão da Jacobina.

É importante ressaltar que esses documentos, mais do que o cumprimento de uma tarefa, tinham outras funções, como a de justificar a existência da escola, conforme número de discípulos que frequentavam as aulas e a de comprovar o exercício docente.

No que concerne à forma e conteúdo dos mapas de frequência, constatamos que se trata de manuscritos produzidos em folhas avulsas, contendo, em geral, um quadro identificado como mappa de frequência de alunos de determinada freguesia, constando, ainda, o nome do professor e o ano em que foi produzido. Quanto às informações apresentadas sobre os alunos, são bastante peculiares, diversificando, inclusive, em mapas de mesma autoria, mas de períodos diferentes. Alguns documentos são bastante sucintos e apresentam apenas dados referentes ao nome, idade, filiação, frequência e um campo de observações com registros normalmente relacionados à classificação do nível de aprendizagem dos alunos. Outros, entretanto, acrescentam informações relacionadas à cor, vacinação, ocupação dos pais, vocação dos discípulos e habilidades relacionadas ao aprendizado do ler, escrever e contar.

No que tange aos mapas produzidos em 1846 (freguesia de Jacobina, classe de meninos; freguesia do Riachão) e 1847 (freguesia da Saúde; freguesia do Morro do Chapéu; classe de meninas da freguesia de Jacobina), observamos que existe uma padronização, pois são utilizadas, praticamente, as mesmas categorias: número, nome, legítimo, ilegítimo, idade, cor, nome dos pais, ocupação/profissão dos pais, leitura, escrita, cálculo, gramática, observações. Nesse caso, possivelmente, houve uma instrução ou modelo apresentado aos professores para a elaboração dos documentos, pois é seguida a mesma estrutura, especificamente, no caso daqueles supracitados.

## **2. Pobres, negros e mestiços na escola pública elementar do século XIX**

Cynthia Greive Veiga (2008, p. 503-504) afirma que “a escola pública elementar do século XIX foi essencialmente destinada a crianças pobres, negras e mestiças”. Com a Constituição de 1824, que determinava a gratuidade da educação primária a todos os cidadãos, houve o entendimento de que os negros estariam privados de frequentar as aulas públicas, o que representa um equívoco, pois a exclusão se aplicava apenas a pessoas escravizadas. Outrossim, com os ideais de instruir e civilizar o povo, a escola representava a instituição autorizada a executar essa tarefa, atendendo aos “não-civilizados”.

Partindo dessa premissa, chegamos às seguintes constatações a partir da análise dos mapas de frequência relacionados às quatro freguesias da vila, ressaltando-se que, no caso da Freguesia da Vila de Jacobina, havia uma classe de meninas e uma classe de meninos.

Na classe de meninos da freguesia de Jacobina, apesar de terem sido localizados três mapas, apenas o de 1846 apresenta informações relacionadas à cor dos discípulos. Nesse caso, a classe era formada por 50 alunos, e, como pode ser constatado, o número de brancos era superior às outras ‘qualidades’, entretanto, se somados os pretos, cabras e pardos, esse número de não-brancos chegava a 27. Apareceram, ainda, nessa classificação, os

semibrancos, cujas características diferenciam esses sujeitos dos brancos, pretos, cabras e pardos.

Ainda na freguesia de Jacobina, existia a escola de meninas que, neste caso, não apresentava a mesma variedade de cores. Em 1847, ano em que foi criada essa classe, o grupo era constituído apenas por alunas brancas, ao contrário da classe de meninos que contava com uma variedade maior de cor; em 1849, foram caracterizadas 05 alunas semibrancas. Tal constatação nos levou a interrogar sobre que fatores justificavam essa distinção quanto à “qualidade”, das alunas, identificadas como brancas e semibrancas; e entre a classe de meninos (com a maioria não-branca, mas mestiça: pretos, cabras e pardos) e a classe de meninas (no primeiro ano, com a totalidade branca e, no segundo ano, com a quase totalidade, pela presença de semibrancas), em períodos próximos (1846/1849 e 1847), na mesma freguesia. Com esse intuito, analisando as categorias filiação ocupação/profissão dos pais nos mapas de frequência, verificamos alguns dados peculiares que nos ajudam a compreender essas diferenças. Desse modo, verificamos que:

- todas as alunas brancas são apresentadas como filhas legítimas, enquanto, no caso das semibrancas, esse item não é informado, é, simplesmente, ocultado;
- no caso dos meninos, todos os de cor branca são filhos legítimos, entretanto, a maioria dos alunos com qualidades pardo, cabra ou preto são ilegítimos e órfãos de pai; constando, nesse caso, apenas o nome da mãe;
- quanto à ocupação dos pais, todas as meninas, brancas e semibrancas, são filhas de negociantes, proprietários ou funcionários públicos;
- dos 30 meninos não-brancos, 08 são filhos de negociante e, os demais, filhos de costureiras, lavradores e sapateiros.

Conclui-se, com isso, que a escola de meninas foi criada na Vila de Jacobina para atender às famílias brancas abastadas, a qual, como as demais, funcionava em classe separada e contava com o ensino de uma professora.

Na freguesia da Saúde, a categoria cor foi identificada em quatro mapas e se limitava a classificar os alunos em duas qualidades: brancos e pardos<sup>1</sup>. Com exceção do ano de 1846, em que os números são exatamente iguais; nos anos seguintes, o número de pardos era nitidamente superior ao de brancos.

Na freguesia do Riachão da Jacobina, o professor utilizou três qualidades: pardo, crioulo e branco em sua classificação por cor. Registra-se, assim, um número bastante superior de alunos pardos nos dois mapas analisados.

Em Morro do Chapéu, apesar de o número de brancos ser mais elevado nos três mapas analisados, a soma de alunos não-brancos, ou seja, pardos, crioulos e cabras é superior. Podemos observar que, em 1843, o número de crioulos é bastante expressivo quando comparado aos anos seguintes, provavelmente isso se deve ao fato de ter sido utilizada uma nova qualidade (cabra) para 1846 e 1847, compreendendo uma maior diversidade de cores/etnias.

Com exceção da escola de meninas, todas as cores/etnias compunham as aulas públicas de primeiras letras na vila de Jacobina, com um número superior de não-brancos. Isso ratifica o argumento de Veiga (2008, p. 505-506) de que, no século XIX, “o discurso civilizador destinava-se àqueles que, na percepção das elites careciam de civilização” e ainda que “a escolarização do povo apresentou-se como uma condição de homogeneização cultural; a institucionalização das aulas/cadeiras de instrução pública elementar não teve como alvo os filhos da elite branca.” Sobre isso, a autora mostrou, em pesquisa que realizou a respeito da escola pública na província de Minas Gerais, no

---

<sup>1</sup> Nesse caso, o professor Joaquim José de Araújo Mota, autor de todos os mapas produzidos na freguesia de Nossa Senhora da Saúde, utiliza as iniciais *B*, que, sem dúvida, corresponde à cor branca e *P*, que poderia ser interpretado como preta ou parda. No entanto, com base no mapa de 1860, em que o professor escreve pardo, consideramos que seria essa a qualidade atribuída à letra *P* em todos os demais documentos.

século XIX, que as famílias abastadas preferiam manter os seus filhos em instituições particulares, tendo em vista a qualidade de ensino ofertado pelo Estado.

Para o presidente da província da Bahia, Francisco José de Sousa Soares d'Andrea, as escolas públicas eram inúteis e desqualificadas. Assim, tendo em vista que pretendia diminuir as despesas com a instrução pública, assumia uma postura contrária à sua manutenção, utilizando argumentos que também revelam a preferência das famílias por pagar os estudos de seus filhos

Não obstante tantos socorros pagos à custa do Governo, existem e podem manter-se doze collegios particulares de instrução, que a comparal-os com o número de discípulos de cada uma das aulas publicas, podem explicar o conceito, que os Paes de família fazem d'essas instituições, e por consequência a utilidade d'ellas. (FALLA, 1845, p. 33).

Nesse sentido, até onde foi possível verificar, a escola pública de primeiras letras na Vila da Jacobina atendia ao apelo para a necessidade de instruir e civilizar o povo, tendo em vista a inserção de semibrancos, pretos, pardos, cabras e crioulos nas classes de meninos de todas as freguesias.

Recorrendo às considerações de Veiga (2008, p. 503) de que ainda são recentes e escassos os estudos que mostram a presença dos negros nas escolas e que esses dados ainda causam estranheza a muitos historiadores, entendemos, como a autora que é preciso problematizar o lugar da leitura e do letramento no Brasil, durante o período imperial, considerando: o discurso das elites governamentais, as condições de funcionamento das escolas públicas e o índice de analfabetismo.

### **Considerações finais**

Ao tomarmos como objeto de análise os mapas de frequência dos discípulos e discípulas das aulas públicas da Vila de Santo Antônio de Jacobina, no período compreendido entre 1840 e 1860, observando a categoria

cor/etnia registrada pelos professores, constatou-se a diversidade (de) étnico/racial nas escolas públicas da vila, em suas quatro freguesias.

## Referências

ALMEIDA, Mayara Aparecida Ribeiro de; AMORIM, Amanda Moreira de; VAZ, Victor Antônio Sanches da Silva; PAULA, Maria Helena de; "Crioulo, mulato e pardo: análise lexical das qualificações aos negros no Brasil oitocentista", p. 159 -170. In: PAULA, Maria Helena de; SANTOS, Márcia Pereira dos; PERES, Selma Martines. **Perspectivas em estudos da linguagem**. São Paulo: Blucher, 2017.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. In: **Revista Brasileira de Educação**, v.13, n.39, 2008.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo e sua configuração atual. In: \_\_\_\_\_ **As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. Campinas, SP. Autores Associados, 2005.

## Fontes documentais

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – APEBA. Seção Colonial e Provincial. Série Instrução Pública. Maço 3396; 3397; 3398;3996; 3997; 3999; 4000; 4001.

FALLA dirigida a Assembléa Legislativa Provincial da Bahia, na abertura da sessão ordinária do anno de 1845, pelo presidente da provincia, Francisco José de Sousa Soares d'Andrea. Bahia, Typ. de Galdino José Bizerra [i.e. Rizerra] e Companhia, 1845.